

AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Exercícios comentados para fixação do aprendizado.
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





OVG

**OVG - ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS
DE GOIÁS**

**Analista Administrativo
Júnior**

EDITAL Nº 03/2025

**CÓD: OP-076JH-25
7908403576210**

COMO ACESSAR O SEU BÔNUS

Se você comprou essa apostila em nosso site, o bônus já está liberado na sua área do cliente. Basta fazer login com seus dados e aproveitá-lo.

Mas caso você não tenha comprado no nosso site, siga os passos abaixo para ter acesso ao bônus:



Acesse o endereço apostilasopcao.com.br/bonus.



Digite o código que se encontra atrás da apostila (conforme foto ao lado).



Siga os passos para realizar um breve cadastro e acessar o bônus.



COMO SE PREPARAR PARA A PROVA

Preparar-se adequadamente para o dia da prova é essencial para garantir que todo o seu esforço de estudo seja recompensado. Esta seção foi desenvolvida para orientá-lo nos passos práticos e imediatos que devem ser tomados nas semanas e dias que antecedem o exame, garantindo que você chegue ao dia da prova com confiança e tranquilidade.

Revisão Final

A revisão final é crucial para consolidar o conhecimento adquirido ao longo da sua preparação. Aqui estão algumas dicas para maximizar sua eficiência nas semanas e dias que antecedem a prova:



> **Priorização de Tópicos:** Foque nos tópicos mais importantes e que você considera mais desafiadores. Use resumos e questões comentadas para revisar os pontos principais e garantir que esses tópicos estejam frescos na sua memória.



> **Resumos e Questões Comentadas:** Utilize resumos para lembrar os conceitos essenciais e faça questões comentadas para se familiarizar com o estilo de perguntas da banca. Isso ajudará a reforçar o conteúdo e a identificar possíveis dúvidas que ainda precisam ser resolvidas.

Técnicas de Prova

No dia da prova, a forma como você administra seu tempo e lida com as questões pode fazer toda a diferença. Abaixo, algumas estratégias para otimizar seu desempenho:



> **Gestão do Tempo Durante a Prova:** Divida o tempo disponível de acordo com a quantidade de questões e o nível de dificuldade. Comece pelas questões que você tem mais certeza, e deixe as mais difíceis para o final.



> **Lidando com Questões Difíceis:** Se você encontrar uma questão muito difícil, não perca tempo nela. Marque-a para revisar depois e siga em frente com as demais. Isso evita o desgaste mental e garante que você responda o máximo de questões possíveis.



> **Leitura Atenta das Instruções:** Sempre leia com atenção as instruções de cada seção da prova. Isso evitará erros que podem ser facilmente evitados, como marcar a alternativa errada ou não observar uma regra específica da prova.

Simulados e Prática

Os simulados são uma ferramenta poderosa para testar seus conhecimentos e preparar-se para as condições reais da prova:



> **Simulações Realistas:** Faça simulados em um ambiente silencioso e sem interrupções, respeitando o tempo limite da prova real. Isso ajudará a criar uma rotina e reduzirá o nervosismo no dia do exame.



> **Avaliação de Desempenho:** Após cada simulado, avalie seu desempenho e identifique áreas que precisam de mais atenção. Refaça questões que você errou e revise os conceitos relacionados.

Preparação Física e Mental

Estar fisicamente e mentalmente preparado é tão importante quanto o conhecimento adquirido:



> **Alimentação e Hidratação:** Nas semanas que antecedem a prova, mantenha uma dieta equilibrada e beba bastante água. Evite alimentos pesados ou que possam causar desconforto no dia da prova.



> **Sono e Descanso:** Durma bem na noite anterior à prova. O descanso adequado é crucial para que seu cérebro funcione de maneira eficiente. Evite estudar até tarde na véspera do exame.



> **Calma e Foco:** No dia da prova, mantenha a calma e o foco. Pratique exercícios de respiração profunda para controlar a ansiedade e visualize-se fazendo a prova com sucesso.

Checklist de Última Hora

No dia da prova, é importante estar bem preparado e evitar surpresas desagradáveis. Aqui está um checklist de itens essenciais:



> **Documentos Necessários:** Certifique-se de que você está levando todos os documentos exigidos pela banca organizadora, como RG, CPF, ou outro documento oficial com foto.



> **Materiais Permitidos:** Leve apenas os materiais permitidos, como caneta preta ou azul, lápis e borracha. Verifique se todos estão em boas condições de uso.



> **Confirmação do Local da Prova:** Revise o endereço e o horário da prova. Planeje sua rota e saia com antecedência para evitar imprevistos.



> **Alimentos Leves:** Leve um lanche leve e água para consumir durante a prova, se permitido. Opte por alimentos que ajudem a manter a energia e a concentração, como frutas secas ou barras de cereais.



Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.



Este material está de acordo com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Todos os direitos são reservados à Editora Opção, conforme a Lei de Direitos Autorais (Lei Nº 9.610/98). A venda e reprodução em qualquer meio, seja eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, são proibidas sem a permissão prévia da Editora Opção.

**PIRATARIA
É CRIME**

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos; Coesão e coerência textual	7
2. Ortografia oficial	15
3. Acentuação gráfica.....	17
4. Emprego das classes de palavras	18
5. Sintaxe de concordância, regência e colocação	24
6. Crase	29
7. Pontuação	29
8. Semântica: sendo de palavras e expressões de texto	30
9. Figuras de linguagem	33
10. Redação oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República).....	37

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política E Econômica De Goiás

1. Formação histórica e evolução do Estado de Goiás.....	53
2. Aspectos geográficos: relevo, clima, hidrografia, vegetação e divisão territorial	56
3. Aspectos econômicos: setores produtivos, agropecuária, indústria, comércio e serviços	58
4. Cultura goiana: tradições, festas populares, patrimônio histórico e manifestações culturais.....	65
5. Realidade étnico-racial: povos indígenas, quilombolas e diversidade cultural.....	68
6. Estrutura política e organização do Estado de Goiás	72
7. Indicadores socioeconômicos atuais	76
8. Programas e políticas públicas estaduais.....	79

Direito Constitucional

1. Constituição: conceito, objeto e supremacia.....	87
2. Princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988	89
3. Direitos e garantias fundamentais	89
4. Organização do Estado: União, Estados, Municípios e Distrito Federal; Poderes da União.....	100
5. Legislativo	108
6. Executivo.....	118
7. Judiciário - competências e funções	121
8. Controle de constitucionalidade	133
9. Ordem social: princípios e direitos sociais.....	136

Direito Administrativo

1. Administração pública: conceitos, princípios e organização.....	155
2. Atos administrativos: conceitos, atributos, classificação, espécies e invalidação.....	160
3. Poderes administrativos: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.....	175
4. Serviços públicos: conceito, princípios e formas de prestação.....	182
5. Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999).....	194
6. Responsabilidade civil do Estado.....	200
7. Agentes públicos: regime jurídico, direitos, deveres e responsabilidades.....	204
8. Licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021).....	218
9. Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações).....	290

Raciocínio Lógico

1. Estrutura lógica de relações; Proposições, conectivos e tabelas-verdade; Argumentação lógica: validade e invalidez; Diagramas lógicos.....	311
2. Problemas de contagem e análise combinatória.....	321
3. Probabilidade.....	324
4. Sequências lógicas e numéricas.....	327
5. Resolução de problemas quantitativos.....	329

Noções de Informática

1. Conceitos básicos de informática.....	335
2. Sistemas operacionais (Windows e Linux).....	335
3. Pacote Office (Word, Excel, PowerPoint e Outlook) - funcionalidades e recursos.....	339
4. Internet e Intranet: conceitos, navegação, segurança e boas práticas.....	346
5. Conceitos de hardware, software e periféricos.....	355

Conhecimentos Específicos ***Analista Administrativo Júnior***

1. Organização das Voluntárias de Goiás (OVG): Histórico, missão, visão e valores da OVG; Estrutura organizacional da OVG; Programas e projetos desenvolvidos pela OVG; Legislação e normativas aplicáveis à OVG.....	361
2. Políticas sociais no âmbito da assistência social em Goiás.....	364
3. Noções sobre gestão de projetos sociais.....	368
4. Ética no serviço público e atendimento ao cidadão.....	373
5. Parcerias com organizações públicas e privada.....	380
6. Planejamento, execução e controle de ações sociais.....	383

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS; COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

— Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

— Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

— Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

— Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

– Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

– Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

– Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto

de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

– Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

– Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

– Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

— Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que

sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

– Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

– Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

– Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.
- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.
- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

– Exemplos Práticos de Argumentação

- **Texto Argumentativo (Artigo de Opinião):** Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- **Texto Literário:** Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

– Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

4. Considere os contra-argumentos: O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

– Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DE GOIÁS

FORMAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS

A OCUPAÇÃO INICIAL DO TERRITÓRIO: BANDEIRANTES E A BUSCA POR OURO

A ocupação do território goiano está intimamente ligada ao movimento de interiorização do Brasil promovido pelos bandeirantes paulistas nos séculos XVII e XVIII. Esses grupos de exploradores, em sua maioria oriundos da Capitania de São Paulo, foram fundamentais para a expansão do território colonial português e para a descoberta de importantes jazidas minerais.

No caso de Goiás, esse processo se intensificou com a busca por ouro, um dos principais motores da economia colonial no período.

O avanço bandeirante rumo ao interior do Brasil ocorreu por diversos motivos, como a captura de indígenas para escravização, a busca por riquezas naturais e a ampliação do domínio territorial português em áreas pouco exploradas.

A ausência de um controle rígido por parte da Coroa Portuguesa nas regiões interiores facilitava essas incursões, permitindo aos bandeirantes certa autonomia para explorar e ocupar novos espaços. Foi nesse contexto que se iniciou a ocupação da região hoje conhecida como Goiás.

O marco principal dessa fase da história goiana foi a expedição liderada por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, em 1722. Acompanhado por um grupo de homens, ele subiu o curso do Rio Paranaíba e alcançou o Rio Vermelho, afluente do Rio Araguaia. Lá, segundo relatos históricos, teria utilizado de um estratagema simbólico — o famoso episódio da “água de fogo”, em que ameaçou atear fogo aos rios com aguardente, para impressionar os indígenas e obter informações sobre a localização de ouro.

A descoberta de ouro na região do Rio Vermelho, especialmente na área onde hoje se localiza o município de Goiás (antiga Vila Boa), atraiu grande número de aventureiros, comerciantes, escravos e religiosos. Essa movimentação deu origem a um processo de povoamento acelerado, resultando na fundação de diversos arraiais, como o Arraial de Sant’Ana, Arraial do Ouro Fino e, sobretudo, Vila Boa de Goiás, que se tornaria o principal centro urbano e administrativo da região por mais de dois séculos.

A importância econômica da mineração levou a Coroa Portuguesa a criar, em 1748, a Capitania de Goiás, desmembrada da Capitania de São Paulo. A instalação da capitania visava garantir o controle fiscal da produção aurífera e estabelecer um poder político mais eficiente na região. Foram criadas instituições como a Casa de Fundição, que centralizava a fundição do ouro extraído e recolhia o quinto — tributo real correspondente a vinte por cento da produção.

É importante destacar que, apesar do crescimento econômico propiciado pela mineração, a ocupação de Goiás teve características bastante precárias. A infraestrutura era limitada, os acessos eram difíceis e a organização social era marcada pela ins-

tabilidade, fruto da escassez de alimentos, da ausência de uma economia diversificada e dos frequentes conflitos entre exploradores e populações indígenas. Estes últimos sofreram com a escravidão, o deslocamento forçado e a perda de territórios tradicionais.

Do ponto de vista territorial, a ocupação do centro-oeste brasileiro a partir de Goiás também teve um papel estratégico na consolidação das fronteiras portuguesas frente à ameaça espanhola. A presença de núcleos urbanos e a atividade econômica intensa ajudaram a fixar o domínio português sobre uma vasta extensão interiorana, conferindo ao território goiano um valor geopolítico que extrapolava a questão econômica.

Portanto, a ocupação inicial de Goiás foi um reflexo do modelo de colonização predatório típico do período colonial, em que a exploração dos recursos naturais estava acima de qualquer planejamento sustentável ou integração social. A presença dos bandeirantes e o ciclo do ouro marcaram profundamente a formação histórica do estado, deixando heranças visíveis até hoje na cultura, na economia e na estrutura fundiária regional.

DECLÍNIO DA MINERAÇÃO E TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA AGROPECUÁRIA

O ciclo do ouro em Goiás, responsável pela ocupação e estruturação inicial do território, teve vida relativamente curta. A partir do final do século XVIII, os principais núcleos mineradores da região começaram a sofrer com o esgotamento das jazidas de ouro de aluvião, cuja extração dependia de técnicas rudimentares e mão de obra intensiva.

Esse declínio provocou transformações profundas na economia, na sociedade e na organização territorial do estado, abrindo caminho para uma nova etapa de desenvolvimento: a consolidação da agropecuária como base econômica regional.

Com o fim da rentabilidade da mineração, a população local foi obrigada a buscar alternativas de subsistência. Muitos mineradores e trabalhadores urbanos migraram para o campo, onde a terra se apresentava como o principal recurso produtivo disponível. Assim, a criação de gado e o cultivo de produtos agrícolas de subsistência tornaram-se as novas atividades econômicas predominantes na região.

A pecuária, em especial, teve papel central nesse novo ciclo. A criação extensiva de gado bovino, adaptada às vastas áreas de cerrado do território goiano, oferecia uma alternativa viável tanto para o consumo local quanto para o abastecimento de regiões vizinhas, como Minas Gerais e Bahia. O gado era transportado por tropas ao longo de rotas comerciais conhecidas como caminhos das tropas, que também serviam para o escoamento de produtos e circulação de pessoas.

Esse processo levou à formação de grandes propriedades rurais, os latifúndios, que passaram a dominar a economia e a paisagem do interior goiano. A elite agrária, composta por antigos mineradores, comerciantes e militares que haviam acumulado terras durante o ciclo do ouro, consolidou seu poder político e

social. O modo de produção predominante baseava-se na mão de obra escrava até a abolição da escravidão em 1888, sendo substituído posteriormente por trabalhadores assalariados ou meeiros.

A agricultura, embora menos desenvolvida que a pecuária, também teve papel importante na nova configuração econômica. Produtos como mandioca, milho, arroz e feijão eram cultivados para o consumo interno e para o abastecimento das feiras locais. A ausência de mercados consumidores externos e a dificuldade de transporte limitavam a expansão dessa atividade, que se manteve em moldes essencialmente familiares e de subsistência por várias décadas.

A transição da mineração para a agropecuária também impactou o espaço urbano. Cidades como Vila Boa de Goiás, que haviam florescido com o ciclo do ouro, entraram em decadência. Sem a riqueza mineral e com a redução do fluxo de pessoas, essas localidades perderam importância econômica e política. A estagnação urbana marcou o século XIX em Goiás, refletindo a lentidão com que o estado se inseria nos processos de modernização que já atingiam outras regiões do país.

Durante o período imperial, Goiás permaneceu isolado dos grandes centros políticos e econômicos do Brasil. A precariedade das vias de comunicação e transporte dificultava a integração do estado ao restante do país. Essa condição contribuiu para a manutenção de estruturas sociais arcaicas, como o coronelismo e o clientelismo político, fenômenos que se perpetuaram até meados do século XX.

Apesar disso, é possível identificar, ainda no século XIX, alguns esforços para dinamizar a economia regional. Foram criadas feiras e mercados locais, incentivadas pelo poder público para estimular o comércio interno. Pequenos núcleos urbanos começaram a surgir ao redor de fazendas mais produtivas e de pontos estratégicos das rotas comerciais, como Pires do Rio e Catalão. Essas cidades funcionaram como entrepostos comerciais e centros de serviços voltados à atividade agropecuária.

Essa fase de transição também teve implicações culturais importantes. A vida rural passou a definir a identidade goiana, com valores como a religiosidade, o trabalho no campo, o respeito à hierarquia e a valorização da terra ganhando destaque no imaginário coletivo. As festas tradicionais, a culinária, o folclore e o modo de vida do sertanejo consolidaram-se nesse período como marcas da cultura regional.

Do ponto de vista político, a economia agropecuária contribuiu para a concentração de poder nas mãos dos grandes proprietários rurais, que dominaram os cargos públicos locais e regionais. O poder do latifúndio moldou a política goiana até o início do século XX, sendo um dos principais entraves à modernização econômica e à democratização das estruturas sociais do estado.

Em resumo, o declínio da mineração e a ascensão da agropecuária como principal atividade econômica marcaram uma mudança de paradigma em Goiás. Esse processo, embora lento e marcado por limitações estruturais, foi fundamental para a formação do estado rural que predominaria ao longo do século XIX. A transição econômica, social e territorial ocorrida nesse período explica muitos dos desafios enfrentados por Goiás na contemporaneidade, como a concentração fundiária, o êxodo rural e as dificuldades de desenvolvimento urbano equilibrado.

A MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E A MUDANÇA DA CAPITAL

A modernização do estado de Goiás está diretamente ligada à reconfiguração político-administrativa que culminou com a transferência da capital estadual de Vila Boa (atual cidade de Goiás) para Goiânia em 1937. Esse processo marcou uma ruptura simbólica e prática com a estrutura econômica e social herdada do período colonial e do século XIX, representando a busca por integração nacional, eficiência administrativa e desenvolvimento urbano. A mudança da capital foi o ponto de partida para a reorganização territorial e para a inserção definitiva de Goiás no cenário político e econômico do Brasil moderno.

Até o início do século XX, o estado de Goiás permanecia relativamente isolado em relação aos grandes centros de poder e decisão do país. A capital, Vila Boa, embora rica em história e tradição, estava localizada em uma região montanhosa de difícil acesso, com infraestrutura urbana deficiente e pouca capacidade de expansão. Esse isolamento geográfico comprometia a gestão administrativa do estado e dificultava a implantação de políticas públicas eficazes.

A proposta de mudança da capital surgiu no contexto da Revolução de 1930, movimento que levou Getúlio Vargas ao poder e promoveu a centralização política do Brasil. Em Goiás, o médico Pedro Ludovico Teixeira foi nomeado interventor federal e assumiu o compromisso de modernizar o estado. Um dos eixos centrais de sua administração foi a construção de uma nova capital, mais bem localizada e com maior potencial de crescimento.

A escolha do local para a nova capital levou em conta critérios estratégicos como a proximidade de centros produtivos, o acesso facilitado por vias terrestres e a possibilidade de planejamento urbano racional. O local definido, na região do atual município de Goiânia, era plano, com disponibilidade de água e terras férteis, além de estar mais próximo de ferrovias como a Estrada de Ferro Goiás, que ligava a região à malha ferroviária nacional.

A construção de Goiânia teve início em 1933, baseada em um projeto urbanístico moderno, inspirado nas concepções de cidades-jardins europeias. O plano piloto foi elaborado por Atílio Corrêa Lima e, posteriormente, adaptado por Armando de Godoy, incluindo avenidas largas, praças planejadas, zonas residenciais e administrativas bem definidas. O traçado da cidade expressava os ideais de ordem, progresso e racionalidade típicos do urbanismo moderno.

Em 1937, a sede do governo foi oficialmente transferida para a nova capital, que passou a se desenvolver rapidamente. O processo de mudança gerou crescimento populacional, atração de investimentos e melhoria nos serviços públicos. Goiânia passou a concentrar as decisões políticas, os órgãos administrativos e, com o tempo, tornou-se o principal polo econômico e cultural do estado.

A modernização proporcionada pela nova capital também teve impacto sobre o restante do território goiano. O processo de urbanização se intensificou, o acesso à educação e à saúde foi ampliado e novas vias de transporte foram abertas, conectando a capital ao interior e a outros estados. Além disso, o governo estadual passou a investir em setores como agricultura mecanizada, energia elétrica e telecomunicações, fortalecendo a infraestrutura necessária ao desenvolvimento.

Vale destacar que a mudança da capital não se restringiu ao aspecto físico. Simbolicamente, ela representou a superação do passado colonial e da economia baseada em estruturas latifundiárias tradicionais. A nova capital foi construída com a intenção

de romper com o conservadorismo político e social que predominava em Goiás até então. Nesse sentido, Goiânia tornou-se um símbolo da modernidade e da esperança de um novo tempo para o estado.

Outro marco importante na modernização de Goiás foi a construção de Brasília, a nova capital do Brasil, inaugurada em 1960. Localizada no Planalto Central, em área anteriormente pertencente ao estado de Goiás, Brasília exerceu forte influência sobre a dinâmica econômica e territorial goiana. O entorno da capital federal passou a receber fluxos migratórios intensos, investimentos federais e expansão de infraestrutura, resultando na criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), que inclui municípios goianos como Águas Lindas, Luziânia e Valparaíso.

A proximidade com Brasília também impulsionou a consolidação de Goiânia como centro regional de comércio, serviços e educação. Com o tempo, o eixo Goiânia-Brasília tornou-se uma das regiões mais dinâmicas do país, atraindo indústrias, universidades e centros de pesquisa, além de influenciar diretamente os padrões de urbanização e planejamento regional em Goiás.

Em síntese, a mudança da capital e os processos de modernização associados a ela representam um ponto de inflexão na história de Goiás. A nova capital simbolizou a transição de uma sociedade rural, isolada e tradicional para uma sociedade urbana, conectada e voltada para o desenvolvimento. Esse momento histórico redefiniu os rumos do estado e estabeleceu as bases para os avanços econômicos e sociais das décadas seguintes.

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E EXPANSÃO AGRÍCOLA NO CONTEXTO DO CENTRO-OESTE

A partir da segunda metade do século XX, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, o estado de Goiás passou por uma transformação profunda em sua estrutura econômica e territorial, marcada pela crescente integração à economia nacional e pela consolidação de um modelo agrícola moderno. Esse processo inseriu Goiás no contexto da expansão da fronteira agrícola brasileira, transformando o estado em uma das principais potências agropecuárias do país.

Esse período de expansão e modernização está diretamente relacionado às políticas públicas de ocupação e desenvolvimento do Centro-Oeste implementadas pelo governo federal, principalmente durante o regime militar (1964–1985). Com o objetivo de integrar áreas pouco povoadas ao restante do território nacional, o governo criou programas como o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), destinado a incentivar a agricultura mecanizada na região, e a SUDCO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), que coordenava ações de financiamento, infraestrutura e logística.

Esses programas, juntamente com investimentos em infraestrutura, como a construção de rodovias e a ampliação da rede elétrica e de telecomunicações, possibilitaram a ocupação de grandes áreas do cerrado goiano com a introdução de técnicas modernas de produção. O avanço da pesquisa agropecuária, com destaque para a atuação da EMBRAPA, permitiu a adaptação de cultivos como soja, milho e algodão às condições do solo e do clima da região, antes considerada de baixa produtividade.

A entrada de capital privado, nacional e internacional, foi outro fator decisivo para o crescimento do agronegócio em Goiás. Grandes grupos empresariais e produtores do Sul e Sudeste do Brasil migraram para o Centro-Oeste, atraídos pela disponibilidade

de terras, pelos incentivos fiscais e pela perspectiva de altos lucros. Essa migração gerou a formação de um novo perfil do produtor rural, mais tecnificado, com acesso a crédito e inserido em cadeias produtivas articuladas nacional e globalmente.

No sudoeste goiano, cidades como Rio Verde, Jataí, Mineiros e Quirinópolis tornaram-se polos dinâmicos de produção agroindustrial, com destaque para o cultivo de grãos e a pecuária de corte. A região passou a ser conhecida como uma das mais produtivas do país, concentrando atividades de alto rendimento, armazenamento, transporte e exportação. A instalação de agroindústrias, cooperativas e centros de distribuição fortaleceu a economia local e estimulou o crescimento urbano.

O modelo de produção adotado, fortemente baseado na monocultura mecanizada, permitiu ganhos significativos de escala e produtividade. No entanto, ele também gerou consequências socioambientais relevantes, como:

- **Concentração fundiária:** a posse da terra permaneceu nas mãos de grandes produtores, o que limitou o acesso de pequenos agricultores e populações tradicionais às oportunidades de desenvolvimento.

- **Êxodo rural:** a mecanização reduziu a necessidade de mão de obra no campo, provocando o deslocamento de milhares de trabalhadores para áreas urbanas, muitas vezes sem infraestrutura adequada para absorver esse contingente.

- **Desmatamento e impactos ambientais:** a conversão de vastas áreas de cerrado em lavouras e pastagens causou perda de biodiversidade, degradação do solo e pressão sobre os recursos hídricos.

Ao mesmo tempo em que Goiás se tornava referência no agronegócio, o estado também experimentava uma maior integração econômica e institucional com o restante do país. A malha rodoviária se expandiu, conectando o estado a grandes mercados consumidores e aos portos de exportação. A construção da Ferrovia Norte-Sul, ainda que concluída somente décadas depois, foi projetada justamente para atender a essa demanda de escoamento da produção do Centro-Oeste.

A proximidade com Brasília e o fortalecimento do eixo Goiânia-Anápolis-Brasília também impulsionaram o setor de serviços, comércio, logística e educação. O município de Anápolis, por exemplo, destaca-se pela instalação da Plataforma Logística Multimodal e por abrigar um dos maiores polos farmacêuticos do país. Isso demonstra que, embora o agronegócio tenha liderado o crescimento econômico do estado, outros setores também contribuíram para sua diversificação produtiva.

No campo social, a modernização da economia goiana resultou em melhorias em diversos indicadores, como o aumento da renda per capita, ampliação da oferta de empregos formais e elevação do nível de escolaridade da população. No entanto, ainda persistem desigualdades regionais entre as áreas mais desenvolvidas e aquelas que ficaram à margem do processo, sobretudo no norte e nordeste do estado.

Em resumo, a integração econômica e a expansão agrícola consolidaram Goiás como um dos motores da economia brasileira nas últimas décadas. Esse movimento reposicionou o estado no cenário nacional, transformando sua paisagem rural e urbana, suas estruturas produtivas e suas relações sociais. Ao mesmo tempo, trouxe à tona novos desafios, como o desenvolvimento sustentável, a inclusão social no campo e a preservação ambiental do bioma cerrado.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS: RELEVO, CLIMA, HIDROGRAFIA, VEGETAÇÃO E DIVISÃO TERRITORIAL

Localização

Goiás é o sétimo maior Estado do país e ocupa uma área de 340 mil quilômetros quadrados. Situado na região Centro-Oeste, o Estado faz divisa com Tocantins, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Possui 246 municípios e envolve o Distrito Federal – com exceção ao seu extremo sudeste.

ESTADO DE GOIÁS: Área, pontos extremos e altitudes

Área (Km ²)			340.110,38	
Pontos extremos	Norte	Latitude (S)	12° 23' 46,261"	
		Longitude (O)	49° 34' 39,513"	
	Sul	Latitude (S)	19° 29' 0,393"	
		Longitude (O)	49° 34' 39,513"	
	Leste	Latitude (S)	15° 56' 23,327"	
		Longitude (O)	45° 54' 25,060"	
	Oeste	Latitude (S)	15° 56' 23,327"	
		Longitude (O)	53° 14' 53,966"	
	Altitude	Max		1.564
		Min		197

Fonte: Shuttle Radar Topography Mission (SRTM) / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Cartografia e Geoprocessamento

População

Levantamento do IBGE, divulgado em 2018, indica que Goiás possui quase 7 milhões de habitantes, e densidade demográfica de 17,65 pessoas por quilômetro quadrado. Trata-se do Estado mais populoso do Centro-Oeste brasileiro.

Seja por sua história carregada de tradição ou pela crescente oferta de oportunidades, Goiás abriga povos diversificados, desde indígenas e calungas até migrantes vindos de todas as partes. O Censo Demográfico de 2010 apontou que aproximadamente 28% das pessoas que moram em solo goiano são oriundas de outros Estados. Tal fluxo migratório, acentuado especialmente nas últimas décadas, contribui com o crescimento populacional. Desde 2000, o número de habitantes em Goiás cresce uma média de 1,8% ao ano.

Clima, vegetação e hidrografia

Situado no coração do Brasil, Goiás ostenta a beleza singular do Cerrado, cuja vegetação é marcada por árvores e arbustos tortuosos, cascas grossas e raízes profundas. Uma das características mais peculiares do bioma é a flora, considerada a mais rica savana do mundo por abrigar pelo menos 11,6 mil espécies de plantas já catalogadas. O Cerrado cobre cerca de 70% do território goiano e é o segundo maior bioma brasileiro, ficando atrás somente da Amazônia.

O clima em Goiás é o tropical, que se resume a verões chuvosos e invernos secos. Cerca de 95% da chuva que cai todos os anos é registrada entre outubro e abril. Já o período de menor índice pluviométrico ocorre de maio a setembro. As temperaturas médias anuais variam entre 23°C, ao Norte, e 20°C ao Sul. Em meses de maior seca, como agosto e setembro, o termômetro costuma registrar um calor que gira em torno dos 34°C. Já o período mais frio do ano abrange junho e julho, podendo chegar a 12°C, especialmente nas regiões Sudeste e Sudoeste.

Sobre o relevo, o território goiano apresenta baixa declividade: 65% da superfície são formadas por terras relativamente planas, os chamados chapadões. Às margens dos rios Araguaia e Tocantins predominam ligeiras ondulações. Tal condição favorece a agricultura e a pecuária, dois grandes propulsores da economia goiana. Longe dos leitos, as elevações não ultrapassam a marca de 1.676m.

Outra importante curiosidade sobre Goiás diz respeito à hidrografia. É dentro do território goiano que nascem drenagens alimentadoras de três importantes rios: Araguaia/Tocantins, São Francisco e Paraná. Juntas, as bacias ocupam uma área total de 2.431.980,91 quilômetros quadrados. Deste espaço, 340.070,75 quilômetros quadrados está em Goiás, o que representa 13,98% do total.

Sob aspecto turístico, a hidrografia goiana assume um papel protagonista. Além das cidades por onde passam rios atraírem milhares de pessoas todos os anos – a exemplo de Aruanã, há ainda lagos e cachoeiras espalhados pelo Estado. Outro ponto forte são as águas termais, um recurso natural localizado na região de Caldas Novas e Rio Quente. Além das propriedades terapêuticas, as águas quentes são uma boa opção para o lazer.

Recursos Hídricos

O estado de Goiás possui características peculiares em relação a sua hidrografia. Em seu território nascem drenagens alimentadoras de três importantes Regiões Hidrográficas do país (Araguaia/Tocantins, São Francisco e Paraná), tendo como divisores os planaltos do Distrito Federal e Entorno e os altos topográficos que atravessam os municípios de Águas Lindas de Goiás, Pirenópolis, Itauçu, Americano do Brasil, Paraúna, Portelândia até as imediações do Parque Nacional das Emas.